TRABALHO INFORMAL E GRANDES EVENTOS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Renato Cosentino Vianna Guimarães[1]

Resumo: A decomposição do trabalho assalariado advinda da crise do Estado de bem-estar não se deu no Brasil com as mesmas características que atingiu a Europa, já que nunca chegou a estruturar-se nos mesmos moldes no país. A dimensão do trabalho e a transição que o trabalho informal vem sofrendo é reveladora de como a neoliberalização atua de diferentes maneiras num território marcado por fortes desigualdades sociais, num momento em que o Brasil, e o Rio de Janeiro em especial, recebe grandes eventos mundiais.

Palavras-chave: Trabalho Informal; Megaeventos; Carnaval; Rio de Janeiro; Neoliberalismo.

Abstract: The decomposition of wage labor arising from the welfare state crisis did not happen in Brazil with the same characteristics that hit Europe, as ever came to be structured in the same way in the country. The size of the work and the transition that informal work is undergoing is revealing of how neoliberalization acts differently in a territory marked by strong social inequality, at a time when Brazil, and Rio de Janeiro in particular receives major world events .

Keywords: Informal Employment; mega-events; carnival; Rio de Janeiro; Neoliberalism.

Em setembro de 2013, uma greve de camelôs paralisou a venda de bebidas no Rock in Rio 5, realizado na Barra da Tijuca. Além de pagar R$ 150 para conseguir a licença para comercializar dentro da Cidade do Rock – localizada num parque público cedido ao evento –, os ambulantes só ganhavam 10% do valor de cada copo de água vendido, que custava R$ 4. Segundo eles, os R$ 0,40 por copo não cobriam sequer os custos para ter a permissão de venda[2]. Ao passo que explorava os trabalhadores, o Rock in Rio usufruía de incentivos fiscais de R$ 8,8 milhões através da Lei Rouanet[3].

A precarização absoluta do trabalho, explicitada num dos maiores festivais de música

---

[1] Graduado em Comunicação Social pela Escola de Comunicação da UFRJ; Especialista em Política e Planejamnto Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e Mestre pelo mesmo Instituto.

[2] Ao final, os ambulantes conseguiram negociar o valor de R$ 1 por copo vendido e a greve chegou ao fim. O Dia Online, 20 set. 2013. Disponível em http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-20/aambulantes-conseguem-acordo-com-organizacao-do-rock-in-rio.html. Acesso em: 24 set. 2013.

[3] Rock in Rio capta R$ 8,8 milhões via Lei Rouanet. Folha Online, 17 set. 2014. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/09/1342675-rock-in-rio-capta-r-88-milhoes-via-lei-rouanet.shtml. Acesso em 26 ago. 2014.

do mundo – idealizado por Roberto Medina, que também é dono da Dream Factory, empresa de eventos responsável pelo Carnaval de rua do Rio de Janeiro –, tem estreita relação com grandes eventos mundiais e faz parte do reprocessamento das regulações do mercado de trabalho.

A superexploração do trabalho informal no Brasil tem raízes históricas, mas sofre um processo de transformação. Exploração que acontece todos os anos no Carnaval de rua do Rio de Janeiro, com milhares de ambulantes a serviço de uma das maiores cervejarias do mundo sem nenhuma garantia trabalhista, ou ainda com os programas de voluntariado de grandes eventos como Copa do Mundo e Olimpíadas, quando são mobilizadas milhares de pessoas para garantir o sobrelucro das entidades privadas que os realizam[4].

O neoliberalismo emergiu como um pensamento político e econômico hegemônico no mundo na década de 1980, rompendo um certo equilíbrio entre capital e trabalho no período dos 30 anos gloriosos. A distribuição de renda e o Estado de bem estar estruturado sobre políticas keynesianas, que favoreceu o trabalhador assalariado nos países capitalistas avançados no momento de crescimento da economia, nunca chegou a ser realidade no Brasil, que sempre deixou grande parte da sua força de trabalho na informalidade. Nesse sentido, a decomposição do trabalho assalariado advinda da crise do Estado de bem-estar também não se deu com as mesmas características por aqui, já que de fato ela nunca chegou a se estruturar nos mesmos moldes. A dimensão do trabalho e a transição que o trabalho informal vem sofrendo no Brasil é reveladora de como a neoliberalização atua de diferentes maneiras num território marcado por fortes desigualdades sociais.

Durante o Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas estabeleceu a regulação da relação capital-trabalho, chave para o processo de desenvolvimento industrial e econômico que viria nas décadas seguintes. Nesse período, foi criada a carteira de trabalho, a Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a estabilidade do emprego privado depois de dez anos de serviço (revogada em 1966 e substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), o descanso semanal remunerado e decretada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), até hoje em vigor, além dos sindicatos registrados no Ministério do Trabalho. Wanderley Guilherme dos Santos (1979) elaborou o conceito de "cidadania regulada" para explicar que

[4] Durante a Copa do Mundo de 2014, 14 mil voluntários trabalharam com uma jornada de 10 horas por dia nas 12 cidades-sede sem honorários. O fato fez com que o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro entrasse com uma ação civil pública pedindo que todos os selecionados para o programa de trabalho voluntário da Fifa fossem contratados com carteira de trabalho assinada, o que não aconteceu. Ministério Público pede suspensão de trabalho voluntário para a Fifa na Copa. ESPN, 5 jun. 2014. Disponível em http://espn.uol.com.br/noticia/415824_ministerio-publico-pede-suspensao-de-trabalho-voluntario-para-a-fifa-na-copa. Acesso em 26 ago. 2014.

se criou no Brasil uma cidadania cujas raízes se encontravam não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, com ocupações reconhecidas e definidas por lei. Ou seja, a cidadania estaria ligada ao trabalho assalariado, formal, com carteira assinada.

Essa, porém, não era a condição de grande parte dos trabalhadores do país. O desenvolvimento das cidades brasileiras nas décadas de 70 e 80 foi marcado por um forte descompasso entre o crescimento demográfico urbano e o crescimento da economia urbana, com grande parte da população ativa não sendo absorvida pelo mercado de trabalho formal. A função que este grupo de trabalhadores vem cumprindo nas diferentes fases do desenvolvimento capitalista é um tema de importante debate nas ciências sociais. De uma interpretação da informalidade que tinha como referência o assalariamento dos países desenvolvidos, o conceito passa por uma fase de transição com a flexibilização e precarização do trabalho dada pela reestruturação do setor produtivo e terceirização no contexto de neoliberalização.

Luiz Antonio Machado (2002) demonstra como a noção de "informalidade" nasce nos anos 60 para explicar a dificuldade da incorporação produtiva dos trabalhadores, principalmente dos migrantes saídos do campo, nesse período. Muitas das abordagens teóricas e conceituais tinham o emprego assalariado estável e a harmonização entre produção e consumo dos países desenvolvidos como referência e meta, principalmente o estado de bem-estar europeu. Nesse sentido, o debate girava sobre como, e em que momento, esse grupo de trabalhadores desfavorecidos seria incorporado ao trabalho formal pleno de direitos.

Desse debate surgiram algumas teorias. A "teoria da modernização" encarava a informalidade como uma situação transitória, e acreditava que o desenvolvimento econômico levaria automaticamente ao assalariamento e à superação dessa condição. Já a "teoria da marginalidade" utilizava o mesmo quadro de referência, mas enfatizava as dificuldades de se superar o desequilíbrio estrutural do capitalismo periférico. Por outro lado, a "teoria da dependência" rompia com a ideia de que o desenvolvimento econômico se dava por etapas e a informalidade seria uma fase a ser superada nesse caminho. Ou seja, a superação do subdesenvolvimento passaria por um rompimento com a dependência em relação a países centrais e com a posição subalterna que o Brasil e os países subdesenvolvidos ocupavam no capitalismo mundial. Essa perspectiva propôs uma distinção conceitual entre o exército de reserva – que ocuparia uma posição no capitalismo e precisaria ser reproduzido – e o trabalho excedente – uma "massa marginal" sem função em que se encaixariam os trabalhadores informais. Por fim, a "teoria da superexploração" surge para romper com a perspectiva

dualista das outras versões e mostrar como o trabalho informal era funcional para a redução do custo de reprodução social da força produtiva nas cidades.

Francisco de Oliveira (2003)[5] classifica a habitação construída pelos trabalhadores nas grandes cidades brasileiras em seu tempo livre, a partir de formas de cooperação como o mutirão, como trabalho não-pago. Isso contribuiria, portanto, para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho nas cidades capitalistas periféricas deprimindo os salários pagos pelas empresas, o que Lúcio Kowarick entende ser um dos elementos-chave da "espoliação urbana". Em livro de título homônimo, Kowarick (1980), observou que os níveis de remuneração e as condições de vida se deterioraram justamente quando a economia cresceu a taxas de 10% ao ano, durante o "Milagre Brasileiro" da década de 70, colocando em xeque as teorias que viam no crescimento econômico a superação natural da condição precária dos trabalhadores. Foi também nesse período que as cidades brasileiras mais cresceram fora de qualquer lei ou plano, chegando aos anos 90 com cada metrópole brasileira abrigando outra em seu interior, de trabalhadores moradores de favela (MARICATO, 1997, p.120). Justo na década de 70 o planejamento urbano se proliferou nos órgãos públicos municipais e nas escolas de arquitetura, o que vai de encontro à ideia muito comum de que a falta de planejamento urbano fez com que as cidades crescessem de forma caótica.

A questão lançada por de Oliveira (1987) sintetiza o paradoxo vivido nas últimas décadas sobre as classes sociais: enquanto o sistema capitalista em sua fase neoliberal se afirma sistematicamente e está cada vez mais transparente, o movimento das classes vai no sentido inverso, tornando-se cada vez mais difícil identificá-lo. Difícil também é que as classes dominadas adquiram consciência de que estão em condições comuns impostas por um grupo dominante, para assim se opor a esse grupo, se constituindo em uma classe para as outras[6]. Essa consciência recíproca das classes é que gera a "consciência de classe"[7]. Mas a chave para entender a questão está no não reconhecimento do trabalho informal pelo outro. A sua força de trabalho não é uma mercadoria já que o tempo de trabalho necessário não é um pressuposto para a realização do serviço. Existe um "tempo de trabalho necessário", mas não um "socialmente necessário", por sua falta de reconhecimento social.

---

5 Publicado primeiramente como um ensaio, em 1972, com o título *A economia brasileira - crítica à razão dualista* foi transformado em livro em 1973.

6 "As classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras". Francisco de Oliveira citando Marx em "O elo perdido: classe e identidade de classe". Editora Brasiliense, 1987, p.11.

7 Oliveira questiona como essa consciência de classe poderia aflorar entre os trabalhadores do setor informal e lista algumas barreiras que dificultam esse reconhecimento de classe, como a prestação de serviço para grupos também dominados e assim a dificuldade de enxergar o "outro" dominante; uma suposta autonomia desse trabalhador; e sua duração e intermitência no setor informal, que pode ser percebido como algo temporário.

Segundo Machado (2002), com o aprofundamento do processo de globalização, o conceito de informalidade vem se tornando sinônimo de "flexibilização" ou "desregulação", sendo substituído pelo par "empregabilidade/ empreendedorismo". Para ele está se reconstruindo uma cultura do trabalho sobre novas bases – já que o ideário do assalariamento não parece mais possível de ser alcançado –, adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, que eram combatidos no período anterior. Esse novo modo de exploração capitalista individualiza e subjetiva os controles que organizam a vida social. A necessidade de se criar uma nova ideologia econômica capaz de justificar a exploração da força de trabalho parece encontrar na empregabilidade/ empreendedorismo o par ideal para explicar essa nova condição, se tornando uma cultura de trabalho que superaria o assalariamento. O novo trabalhador flexível e polivalente seria o empresário de si mesmo num ambiente de instabilidade e constantes mudanças. A noção de informalidade se amplia, incluindo agora essas novas formas.

É revelador o nome do programa criado pelo governo federal, o Microempreendedor Individual (MEI), num esforço de formalização dessa condição do trabalhador pelo Estado Brasileiro[8]. Segundo o Portal do Empreendedor[9], "a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado". Na mesma linha está a declaração da presidenta Dilma Rousseff[10], de que o Brasil mudou para um país de cidadãos-consumidores, que exigiriam melhores serviços públicos por ter ascendido socialmente. Isso sugeriria que no bojo das transformações do trabalho a cidadania não estaria mais regulada pelo assalariamento, que daria acesso a direitos – como conceituado por Guilherme dos Santos –, mas sim pela capacidade de consumo, menos dependente da condição de formalidade.

A análise sobre as transformações no trabalho informal traz consigo um paradoxo crucial, já que ao assumir a condição de informal – ou de microempreendedor individual – através da regularização via MEI, o trabalhador tem acesso a alguns benefícios sociais, como auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria. Atentar-se a essa dupla dimensão parece importante para compreender a forma contraditória como se dá o processo de neoliberalização no Brasil, na constante interação entre política nacional e local, como analisado por Luiz

---

8 Esforço paralelo ao investimento do governo federal na geração de empregos formais desde 2003.

9 Definição do Microempreendedor Individual – MEI, disponível em http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual. Acesso em 25 de agosto de 2014.

10 Com empresários, Dilma usa mote do cidadão-consumidor de Haddad. O Globo Online, 1 out. 2012. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/poder/1162433-com-empresarios-dilma-usa-mote-do-cidadao-consumidor-de-haddad.shtml. Acesso em: 25 ago. 2014.

César de Queiroz Ribeiro e Lucia Bógus (2014):

> Enquanto muitas políticas na escala federal parecem mover-se na direção antiliberal, mas em constante conflito com as políticas macroeconômicas ainda de orientação liberal por fundarem-se em seus princípios – metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal – experimentos regulatórios liberais na cidade vão afirmando seu contrário, muitas vezes através da associação entre políticas urbanas locais liberais com políticas nacionais com pretensões antiliberais. Ao mesmo tempo, experimentos de políticas urbanas locais claramente neoliberais são difundidos e adotados, ainda que parcialmente, por escalas supralocais em políticas que se pretendem regulatórias antiliberais. O exemplo é o novo modelo de relação entre o Estado e os interesses dos capitais representado pela Parceria Público-Privado. (RIBEIRO & BOGUS, 2014)

Esse paradoxo está presente também nas diferentes visões sobre o papel dos grandes eventos esportivos mundiais que o Brasil se tornou sede. Na visão do governo federal[11], os megaeventos são uma chance única de estruturar um novo projeto de desenvolvimento nacional, superando a herança do período neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002). Nesse sentido, sistemas mais "ágeis" como o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e à flexibilização de limites de endividamento seriam avanços para destravar investimentos públicos e retirar recursos dos circuitos de acumulação rentistas. Os recursos públicos mobilizados para a Copa do Mundo de Futebol 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 não seriam custos, mas investimentos produtivos em infraestrutura nacional definidos de forma autônoma pelo Estado brasileiro. As novas arenas para a Copa do Mundo do Brasil, alvo de críticas pelo custo e pela quantidade – a FIFA não exigia 12 para a realização do evento –, seriam fundamentais para a modernização do negócio futebolístico, por exemplo. A modernização dos aeroportos também seria essencial para adequar o país para a nova demanda de viagens aéreas. Esses investimentos teriam ainda a capacidade de "irradiar" crescimento ao ativar a economia para além dos locais que são destinados.

Já os críticos[12] dizem que as cidades que emergem dos megaeventos são mais dependentes e subordinadas ao capital, e irradiam na verdade desigualdade social. Elas estão sendo loteadas para as grandes empreiteiras, que surgem como as maiores ganhadoras desse jogo através das parcerias público-privadas. O poder público é visto como um promotor da valorização imobiliária, fator condicionante para o sucesso dessas parcerias, a um custo altíssimo para a população. Se os mais pobres estão sendo removidos de suas casas com graves denúncias de violações de direitos, a população dos grandes centros como um todo tem

---

11 Opinião de Luis Fernandes, secretário Executivo do Ministério do Esporte, em artigo do livro "Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?", da Boitempo Editorial, 2014.

12 Síntese das opiniões críticas do livro "Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?", da Boitempo Editorial, 2014.

sofrido com o aumento especulativo do custo de vida, principalmente da habitação. Para o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto[13], o que o Bolsa Família e o aumento progressivo do salário mínimo deram com uma mão, o aluguel mais caro tirou com a outra. Segundo o MTST, as muitas ocupações de terra que surgiram nos últimos anos em São Paulo foram resultado de um processo gradual de piora das condições de moradia dos mais pobres.

O Carnaval do Rio de Janeiro, maior evento da cidade que acontece anualmente – apenas em 2013 recebeu 6 milhões de turistas sendo 900 mil estrangeiros[14] –, exemplifica como se dá o controle do trabalhador informal através do poder local e como sua força de trabalho é utilizada sob demanda das grandes empresas. Para ser autorizados a vender cerveja nos blocos de rua, os ambulantes passam por um processo de cadastramento feito pela Prefeitura. Em 2013, eles tiveram que ficar dias acampados na fila e cinco mil conseguiram o crachá, o colete e o isopor da cervejaria que patrocina o Carnaval de rua do Rio de Janeiro, a Ambev, representada pela Antarctica. Além da autorização feita pelo cadastramento, os trabalhadores recebem uma tabela com o preço que devem comercializar os produtos; eles devem comprá-los em postos autorizados ou supermercados, não sendo permitido vender mercadorias de outra cervejaria. A parceria público-privada[15] para garantir o monopólio da venda de cerveja se estende também à fiscalização e à repressão. Enquanto a Ambev tem fiscais espalhados nos blocos para checar se as regras estão sendo cumpridas, a Guarda Municipal faz o papel de recolher as mercadorias caso haja alguma irregularidade[16].

Fica nítido no Carnaval do Rio de Janeiro a precarização do trabalho em seu limite para a comercialização de produtos da indústria de ponta da cervejaria mundial[17]. É possível perceber que parte do "óleo queimado" – expressão cunhada por Maria da Conceição Tavares para definir a parte da força de trabalho que não seria exército industrial de reserva, que sobrava para o capital em sua versão globalizada – foi encontrada por esse mesmo capital na

---

13 Em artigo do livro "Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?", da Boitempo Editorial, 2014.

14 RJ recebe número recorde de turistas durante o Carnaval. TV UOL, 12 fev. 2013. Disponível em http://tvuol.uol.com.br/video/rj-recebe-numero-recorde-de-turistas-durante-o-carnaval-04028D1B386AE0914326. Acesso em 26 ago. 2014.

15 Entende-se aqui a parceria entre público e privado não relacionada ao debate sobre Operações Urbanas ou ainda o debate legal sobre PPPs, mas sim a associação entre público e privado para um fim comum.

16 Há denúncias de que os guardas municipais revendem as mercadorias apreendidadas, e que o isopor distribuído pela cervejaria é muito pequeno, inviabilizando a venda dos produtos sem ter que ir constantemente ao fornecedor. O uso da bicicleta com um isopor grande, tradicional desses ambulantes e que facilita a venda e o estoque da mercadoria, pode ser apreendido pela Guarda Municipal, o que gera insegurança mesmo para os trabalhadores cadastrados mas que utilizam o equipamento.

17 A Ambev é a maior empresa da América Latina com um valor de mercado de U$ 120 bilhões, à frente da Ecopetrol e Petrobras e se associou à cervejaria belga Interbrew em 2004, criando a InBev, uma das maiores cervejarias do mundo. Ambev passa Ecopetrol e vira maior empresa da América Latina. O Globo Online, 27 nov. 2012. Disponível em http://oglobo.globo.com/economia/ambev-passa-ecopetrol-vira-maior-empresa-da-america-latina-6851455. Acesso em: 25 ago. 2014.

principal festa da cidade do Rio de Janeiro em seu momento de reinserção global. Se antes os ambulantes possuíam certa autonomia para comercializar seus produtos, agora eles se transformam, via poder público local, em meros funcionários da cervejaria, com crachá, mas sem qualquer vínculo empregatício ou garantia trabalhista, recebendo por produção e absorvendo o prejuízo caso sua mercadoria seja recolhida por guardas municipais ou simplesmente sobre no fim do dia.

A superexploração da força de trabalho se evidencia, em primeiro lugar, porque o Estado não tem mais a intenção de incorporar essa "massa excedente" em sua totalidade ao mercado assalariado – a criação do MEI comprova isso –, o que legitima o poder local, em parceria com a iniciativa privada, a se utilizar da força de trabalho de cinco mil ambulantes sob a retórica da ordem e da melhor organização do Carnaval. Além disso, porque os serviços e os valores de uso produzidos pelo trabalhador informal aparecem, na maior parte dos casos, como produzidos pelo azar (DE OLIVEIRA, 1987). É nesse espaço de falta de reconhecimento desse trabalho pelo "outro" e de substituição do "assalariamento" pelo "empreendedorismo" que a Prefeitura e sua parceira privada agem sem nenhum resistência; pelo contrário, o tamanho da fila de cadastramento mostra que ainda há um grande volume de trabalho excedente disponível para ser acionado pelos grandes conglomerados da indústria mundial. A forma como isso se dá na periferia do capitalismo demonstra como o consenso neoliberal, em que informalidade se confunde com flexibilização e desregulação, potencializa a exploração do trabalho agora sob novos moldes "legais" – cadastramentos oficiais pelo poder local, programas de voluntariado, terceirizações, entre outros.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Francisco de. "Crítica à razão dualista". In.: _____. **O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O elo perdido:** classe e identidade de classe. Editora Brasiliense, 1987.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento:** a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates, Número 39, NERU, 1996, p. 48-64.

_____. **O Neoliberalismo:** história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JENNINGS, Andrew. **Brasil em jogo:** o que fica da Copa e das Olimpíadas? / Andrew Jennings, Raquel Rolnik; Antonio Lassance et. al. - - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2014

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1980.

MACHADO, Luiz. **Da informalidade à empregabilidade** (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Caderno CRH, v. 15, n. 37, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil 2000:** qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Editora Vozes, 2001.

ROBERT, CASTEL. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.